



PARECER N° 282, DE 2025

AO PROJETO DE LEI N° 126, DE 2025

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

ASSUNTO: “Dispõe sobre a regulamentação da prática de soltar pipas, papagaios e similares no Município de Itanhaém e dá outras providências”.

1 – RELATÓRIO

De autoria dos Vereadores Willian Tadeu Ramos de Sousa, Alexandre Firmino Alves, José Domingos Gonçalves Silva e Leandro Gonçalves Magri, o Projeto de Lei n° 126, de 2025, tem por escopo dispor sobre a regulamentação da prática de soltar pipas, papagaios e similares no Município de Itanhaém e dar outras providências.

Em exposição de motivos à apresentação da matéria, os autores, em breve síntese, ressaltaram que o uso de linhas cortantes, como o cerol e a linha chilena, representa grave risco à integridade física de pessoas e animais, além de causar frequentes danos à rede elétrica.

Destacaram, ainda, que embora já exista Legislação Federal que tipifique tal prática como contravenção penal, faz-se necessária a regulamentação local para disciplinar e garantir que a tradicional atividade de soltar pipas seja exercida de forma segura e responsável no Município de Itanhaém, especialmente em áreas públicas e nas praias, de modo a preservar tanto o direito ao lazer quanto a segurança da coletividade.

Assim, vêm à esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação para exame de sua competência, nos termos regimentais.

2 – PARECER

A matéria em análise tramita nesta Casa Legislativa, tendo sido apresentada no Expediente da 27ª Sessão Ordinária da 19ª Legislatura, realizada em 22 de setembro de 2025, nos termos regimentais.

Na sequência, vem a propositura à análise desta Comissão, a fim de ser apreciada quanto a seus aspectos constitucional, legal e de mérito, conforme se depreende o artigo 63, I, *a*, do Regimento Interno desta Casa, *in verbis*:

Art. 63 - É da competência específica:

I -da Comissão de Constituição, Justiça e Redação:



Câmara Municipal da Estância Balneária de Itanhaém
ESTADO DE SÃO PAULO

a) manifestar-se quanto ao aspecto constitucional, legal e regimental e quanto ao aspecto gramatical e lógico de todas as proposições que tramitarem pela Câmara, ressalvados a proposta orçamentária e os pareceres do Tribunal de Contas.

O Projeto de Lei em comento apresenta temática relacionada ao interesse local, notadamente ao ordenamento do uso dos espaços públicos e à promoção da segurança e do bem-estar da população.

A matéria trata da regulamentação da prática de soltar pipas no Município de Itanhaém, buscando compatibilizar essa manifestação cultural com a proteção da integridade física das pessoas, dos animais e da infraestrutura urbana, especialmente a rede elétrica.

Assim, a iniciativa insere-se no âmbito da competência municipal, por envolver aspectos de segurança pública, educação preventiva e preservação do meio ambiente urbano, todos diretamente ligados ao interesse da coletividade local.

Neste íterim, denota-se a constitucionalidade da matéria do Projeto de Lei supracitado, posto que o Município tem autonomia para legislar sobre assunto de interesse local conforme disciplina o artigo 30, inciso I, da Constituição Federal.

Não obstante, nos termos da Lei Orgânica deste Município, o artigo 22, inciso I, corrobora com disposto na Carta Magna, ressaltando que cabe à Câmara com sanção do Prefeito, legislar sobre assuntos de interesse local, correspondendo com a matéria em análise.

Art. 22 Cabe à Câmara com sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias de competência do Município e, especialmente:

I - legislar sobre assuntos de interesse local; (Grifei)

A espécie normativa foi adequadamente aplicada por meio de Lei Ordinária.

Quanto ao aspecto redacional, a proposição encontra-se redigido de forma clara e objetiva, atendendo aos requisitos formais exigidos pela Lei Complementar nº 95/1998, que dispõe sobre a elaboração, redação e alteração das leis. O texto possui estrutura adequada, com artigos bem delimitados e coerência entre suas disposições.



Câmara Municipal da Estância Balneária de Itanhaém
ESTADO DE SÃO PAULO

Diante o exposto, a proposta legislativa encontra amparo legal na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, preenchendo os requisitos de constitucionalidade, boa técnica legislativa e da legalidade.

3 – CONCLUSÃO

Deste modo, ao analisarmos a matéria no âmbito da competência desta Comissão e face às razões expendidas, somos **FAVORÁVEIS** à tramitação regimental, devendo o Projeto de Lei nº 126, de 2025, seguir para deliberação em plenário.

É o parecer.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação, em 06 de novembro de 2025.

ARLINDO DOS SANTOS MARTINS
Presidente

FERNANDO DA S. X. DE MIRANDA
Vice-Presidente

JOSÉ DOMINGOS GONÇALVES SILVA
Membro

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço /autenticidade utilizando o identificador 320039003300300038003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **FERNANDO DA SILVA XAVIER DE MIRANDA** em 12/11/2025 09:58
Checksum: **D1A9F5FFFF1F1DDBE8F5191016FDD99B39936C883BA68BE657E0E01C3D54D642**

Assinado eletronicamente por **ARLINDO DOS SANTOS MARTINS** em 12/11/2025 10:16
Checksum: **9C85D2327121588DDFE640823C236D3E0CF989E1319B5B0E542A3F11FB7487F3**

Assinado eletronicamente por **JOSÉ DOMINGOS GONÇALVES SILVA** em 12/11/2025 11:43
Checksum: **76D08DF2404A573EF6CB4931B0AE7CF8A7BE39463D531075B69F581D2C28649B**